

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1

2 **ATA Nº 01/2020: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 3 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA – (CMDR) -----**

4 No sexto dia do mês de fevereiro de 2020, nas dependências do IAPAR - Centro de
5 Treinamento, Londrina, Paraná, às 14h00min, reuniram-se os membros do CMDR para
6 realização de sua reunião ordinária. Constatado o quórum regimental, o Sr. Alfeu Vander de
7 Bessa, Presidente do Conselho, deu início à reunião agradecendo a presença dos
8 conselheiros e demais presentes, e realizou a leitura da convocação e pauta da presente
9 reunião (Ofício Circular nº 01/2020), a saber: **1. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária**
10 **de 05/12/2019; 2. Representantes do CMDR para o Grupo de Acompanhamento -**
11 **Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (Ofício Circular 011/2020 – IPPUL); 3.**
12 **Políticas das Secretarias Municipais de Londrina; 4. Alteração da Lei Municipal nº**
13 **12.340/2015; 5. Palavra aberta.** Antes de proceder à aprovação da pauta, a secretária geral
14 Cristina Célia Krawulski informou que enviou a ata por e-mail, e que os conselheiros José
15 Carlos Vitorino, José Candido Rosa e José Aparecido da Silva relataram não ter recebido a
16 mesma, que foi então encaminhada no Grupo de WhatsApp do CMDR; os conselheiros José
17 Carlos Vitorino e José Candido Rosa já informaram seus e-mails, e o José Aparecido da
18 Silva tem dois e-mails da Secretaria da Educação cadastrados. Dando sequência,
19 inscreveram-se para fazer uso da palavra no item 5 da pauta, “Palavra aberta”, os
20 conselheiros Alfeu Bessa e Moacir Sgarioni. Em discussão da pauta, foi anotada uma
21 incorreção no sobrenome do conselheiro Guilherme Casanova Junior – Casagrande na ata.
22 Feito esse registro a ser alterado, a ata da reunião ordinária de 05/12/2019 foi aprovada por
23 unanimidade. Continuando, os conselheiros Elton Longo e Guilherme Casanova justificaram
24 a ausência do conselheiro Paulo Cezar Dolibaina, representante da Secretaria do Ambiente,
25 por motivos de saúde. Considerando essa justificativa, a secretária geral Cristina Célia
26 Krawulski fez algumas considerações, lembrando que imprevistos acontecem, mas é
27 interessante e esperado que os conselheiros se programem para participar das reuniões,
28 dando prioridade à participação nas reuniões mensais, visto existir o calendário anual já
29 definido, evitando-se marcar compromissos que coincidam com a data da reunião ordinária;
30 lembrou, também, que a responsabilidade de avisar o seu suplente é do conselheiro, e não
31 da Diretoria Executiva (DE) do Conselho. Dando continuidade, a Sra. Cristina passou ao
32 item 2 da pauta, falando sobre a revisão do conjunto de leis específicas do Plano Diretor do
33 município, realizada a cada 10 anos, destacando a importância de contemplar aspectos do
34 ambiente rural nessas leis; lembrou que já foram realizadas audiências públicas e
35 reuniões, inclusive uma reunião convocada pelo Secretário de Agricultura, Ronaldo Siena,
36 com a presença de representantes do Ippul, Crea, Adapar, Emater e Secretarias Municipais
37 da Agricultura, da Educação, do Ambiente e Obras e Pavimentação, realizada no dia 13 de
38 setembro de 2019, no Centro de Educação Ambiental do Parque Arthur Thomas; lembrou
39 que a Lei do Sistema Viário, por exemplo, é a lei que define as faixas de domínio das
40 estradas do município, então a importância de participação do CMDR nessa discussão é

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

41 muito grande. O Sr. Moacir Sgarioni informou que a Sociedade Rural (SR) elaborou um
42 documento com contribuições ao Plano Diretor, inclusive considerando a interferência do
43 Plano Diretor em assuntos de competência estadual e até federal, no entendimento da
44 assessoria jurídica da SR, criando um emaranhado de difícil entendimento; destacou que vai
45 compartilhar com o CMDR este documento, que deve ser estudado, junto com as demais
46 contribuições, e prevalecer as melhores ideias para o bem do município de Londrina, e que
47 todas as organizações devem contribuir com o Ippul, para que as leis municipais não
48 conflitem com as leis estaduais e federais. O presidente Alfeu Bessa informou que já
49 recebeu este documento das mãos do Sr. Moacir Sgarioni, mas este informa que tem uma
50 segunda versão, elaborada pela assessoria jurídica da SR, a qual vai encaminhar ao CMDR.
51 A Sra. Cristina reforçou que, segundo o Ippul, a versão anterior do Plano Diretor tinha um
52 olhar mais urbano, mas nessa revisão existe a obrigatoriedade de contemplar o município
53 como um todo, incluindo o ambiente rural. Lembrou que, conforme o Ofício Circular
54 011/2020 – Ippul, no dia 7 de fevereiro, às 19h00min, nas dependências da Unicesumar. O
55 Sr. Moacir Sgarioni informou que estará presente nessa audiência pública, mas
56 representando a SR, junto com o Sr. Felipe Prochet. O conselheiro Leonardo Sturion
57 comentou que é necessário conhecer os horários para avaliar se pode participar das
58 reuniões, pois gostaria de participar, considerando que tem experiência na elaboração de
59 Plano Diretor em outros municípios, mas a DE não tem essas informações. A Sra. Lorian
60 Voigt Gair destacou que é um trabalho cansativo, que precisa de dedicação, então a
61 pessoa/conselheiro precisa querer participar, sendo complementada pelo Sr. Moacir
62 Norberto Sgarioni de que é um trabalho árduo, dando alguns exemplos: um restaurante rural
63 que vai gerar resíduos – a quem compete a responsabilidade de recolher e destinar
64 corretamente esses resíduos, ao município ou ao empreendedor, de quem será este custo,
65 considerando que a sociedade não pode arcar com essas despesas?; os cultivos de soja
66 dentro da cidade, que gera erosão. Finalizando este assunto, os conselheiros Leonardo
67 Sturion, Moacir Sgarioni, Cristina Krawulski e José Candido Rosa manifestaram-se dispostos
68 a participar da audiência pública no dia 7 de fevereiro, sendo orientados pela DE a
69 inscreverem-se como representantes do CMDR. Os conselheiros representantes da
70 Secretaria de Agricultura devem participar como servidores municipais, não como
71 conselheiros, de acordo com o Secretário e conselheiro Ronaldo Siena. Os presentes foram
72 lembrados que o Ofício Circular 011/2020 – Ippul foi postado pelo Guilherme Casanova no
73 Grupo de WhatsApp do CMDR, o qual será enviado novamente pela Secretaria Geral. Ficou
74 definido que os conselheiros interessados têm até o dia 20 de fevereiro para se manifestar
75 para compor o Grupo de Acompanhamento/Revisão do Plano Diretor Municipal como
76 representantes do CMDR, que vai indicar um titular e um suplente. Os encaminhamentos
77 sobre este assunto foram aprovados pela maioria dois presentes. Imediatamente passou-se
78 ao item 3 da pauta, Políticas das Secretarias Municipais de Londrina, apresentado pela
79 Secretária Cristina Krawulski, conforme ata da reunião de dezembro, para esclarecer quais
80 são as atribuições de cada secretaria municipal, para dar agilidade aos encaminhamentos e
81 demandas do ambiente rural, pois nem todos precisam ser trazidos ao CMDR; o site da
82 Prefeitura Municipapl foi acessado para mostrar aos presentes o caminho para chegar a cada

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

83 secretaria, onde consta o endereço e contato do secretário, e suas atribuições. No caso da
84 Secretaria do Ambiente, o site contém muitas informações, até difícil de serem resumidas,
85 pois trata do licenciamento ambiental, as normas para cada caso específico. Após a
86 apresentação e debate entre os presentes, ficou esclarecido que nem todas as demandas
87 do ambiente rural são de responsabilidade da Secretaria da Agricultura, tem questões que
88 competem a outras secretarias. Cada conselheiro, assim, tem o dever de informar sua
89 vizinhança, promover a troca de informações entre sua base e o CMDR, e orientar as
90 pessoas com quem se relaciona a consultar as atribuições das secretarias e demais órgãos
91 da administração municipal, e cobrar o cumprimento das mesmas, no sentido de promover
92 uma cidade melhor para todos os seus habitantes, tanto no meio urbano como no rural. A
93 conselheira Andreza Gonçalves deu o exemplo da rodovia que liga Paiquerê a Guairacá,
94 que mesmo estando no meio rural, a construção e/ou reforma da ponte/bueiro da Santa
95 Maria compete à Secretaria de Obras, por estar localizada em uma estrada pavimentada, e
96 não à Secretaria de Agricultura. O secretário Ronaldo Siena reforçou que tudo que envolve
97 obras e pavimentação cabe à Secretaria de Obras, exceto alguns projetos específicos que a
98 SMAA está realizando, com a presença de um engenheiro civil que agora está lotado na
99 SMAA, numa parceria entre as secretarias e órgãos municipais, reforçado pela Sra. Andreza
100 Gonçalves, que lembrou da revitalização dos distritos e patrimônios rurais de Londrina, em
101 parceria entre as secretarias e órgãos como a CMTU. Encerrando este assunto, o secretário
102 Ronaldo Siena cumprimentou a nova DE do CMDR, que foi constituída em dezembro de
103 2019 e esta é a primeira reunião de 2020, e pediu licença para se retirar da reunião, pois é
104 suplente e seu titular – Guilherme Casanova - está presente; reforçou a necessária parceria
105 entre a SMAA e o CMDR; relembrou que quando assumiu a SMAA foi devolvendo para as
106 outras secretarias o que não era de responsabilidade da SMAA, para poder ter tempo e
107 recursos (humanos e financeiros) para dedicar ao cumprimento das atribuições da SMAA.
108 Informou aos presentes, ainda, que Londrina foi contemplada com duas emendas de
109 bancada do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly, no valor total de R\$ 500.000,00, sendo
110 decidido que serão adquiridos dois caminhões, com contrapartida de R\$ 145.000,00 do
111 município, convênio já assinado; foi aplaudido quando informou que, com essa compra, a
112 frota da SMAA será composta, em breve, por nove caminhões. O Sr. Ronaldo Siena ainda
113 citou o exemplo de Lerroville, que verificou os votos obtidos pelos deputados estaduais e
114 federais naquela zona eleitora, e está contatando todos eles para solicitar a destinação de
115 recursos. A Sra. Cristina lembrou que esta é uma ação que já foi discutida pelo CMDR, de
116 apresentar as demandas da área rural para todos os deputados e senadores que obtiveram
117 votos no município de Londrina, visando transformar essas demandas em emendas
118 parlamentares e, conseqüentemente, em recursos financeiros; mas que o CMDR ainda não
119 conseguiu colocar em prática esta ação. Vários conselheiros se manifestaram sobre as
120 dificuldades do meio rural, como distância, baixo número de habitantes em comparação com
121 o meio urbano, entre outras. A Sra. Lorian Voigt Gair afirmou que trabalha em um lugar onde
122 dinheiro não falta, projetos são feitos até dia 24-25 de dezembro, conforme relatou o
123 secretário Ronaldo Siena; ela tem uma preocupação com a aplicação e execução desses
124 projetos, pois pode ocorrer que o dinheiro está depositado na conta do município e o projeto

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

125 não é executado, ou executado com má qualidade ou com atraso, correndo o risco de perder
126 os recursos. Finalizado este assunto, passou-se ao item 4 da pauta - Alteração da Lei
127 Municipal nº 12.340/2015, que foi conduzido pela Sra. Lorian Voigt Gair, lembrando que é
128 uma missão desta gestão do CMDR propor alterações na legislação que criou e normatiza o
129 CMDR, de modo a absorver o Conselho de Sanidade Agropecuária e dar uma cadeira para
130 a Adaptar, conforme propostas aprovadas na 9ª Conferência Municipal de Desenvolvimento
131 Rural de Londrina, realizada em outubro de 2019; a lei também precisa contemplar a fusão
132 entre Iapar e Emater, pois atualmente ambos tem uma cadeira no CMDR, e a partir de agora
133 são uma única instituição. Destacou que a participação no CMDR deve ser buscada e
134 incentivada inclusive pela legislação, daí a importância da sua revisão e atualização. A Sra.
135 Ana Beatriz, representante do CRMV, relatou sua experiência acompanhando diversos
136 Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSA) no Paraná como assessora da FAEP, e que
137 normalmente os CSAs trabalham em conjunto com o CMDR, pois algumas atribuições são
138 semelhantes ou complementares; colocou o CSA de Astorga como um exemplo a ser
139 conhecido. A Sra. Andreza Gonçalves apresentou seu entendimento sobre a recondução de
140 membros do CMDR, assim como as Sras. Ana Beatriz, de que o suplente assume a vaga do
141 titular na próxima gestão, Launa Bolzani e Maria Lucimar Pereira. Após ampla discussão
142 sobre o assunto, foi aprovado que a DE do CMDR vai revisar a Lei nº 12.340/2015,
143 convidando a assessoria necessária para realizar esta tarefa, sendo lembrada pelo Sr. Elton
144 Longo de que a lei a ser revisada e alterada seria a Lei nº 11.860/2013, a ser verificado pela
145 DE, o que confirma a necessidade de assessoria jurídica para realizar essa tarefa. Passou-
146 se imediatamente ao último item da pauta, Palavra aberta, com o Sr. Alfeu Bessa
147 informando sobre as árvores da Estrada do Bulle, assunto da reunião de dezembro de 2019.
148 Há controvérsias sobre a quem compete a responsabilidade de retirar árvores às margens
149 da estrada que estejam oferecendo riscos ao tráfego de pessoas e veículos. O Sr. Paulo
150 Acquarolle informou que existe uma legislação que trata da área de domínio público, mas
151 ainda não tem uma resposta, pois uma lei diz que o proprietário pode cortar árvores nativas,
152 mas outra diz que não; o Sr. Alfeu Bessa relatou que o IAP informou que, se a SMAA
153 solicitar o corte dessas árvores, autoriza o corte. A conselheira Ricielli Vicentim informou que
154 tem um caso semelhante na estrada da Cachoeirinha, onde um capão de mata está
155 fechando a estrada e os caminhões que transportam os frangos para o abate reclamam,
156 essas árvores machucam os frangos. O assunto é confuso e controverso, ainda precisa de
157 uma definição, para que os agricultores saibam como proceder e não incorrer em infração
158 ambiental. Porém, para a Sra. Cristina Krawulski, a responsabilidade é do proprietário da
159 mata, embora o procedimento não esteja claro, sendo decidido que o CMDR vai oficializar o
160 pedido de informações, tanto para a Sema como para o IAP. Para ilustrar essa dificuldade, o
161 Sr. Edson Dornellas convidou os presentes para um evento que vai ocorrer no Sindicato
162 Rural no início de março, dia 4, justamente para debater e buscar formas de simplificar o
163 cumprimento das normas ambientais pelos agricultores. Também fazendo uso da palavra, o
164 Sr. Moacir Sgarioni apresentou o Ofício DIR/P 068/2019, indicando o Sr. Edson Dornellas,
165 presidente do Sindicato Rural Patronal, como seu suplente, o qual passa a ser membro do
166 CMDR. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Alfeu Bessa agradeceu mais uma vez a

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

167 presença de todos, conselheiros e convidados participantes e declarou encerrada a reunião,
168 para a qual justificaram sua ausência os conselheiros Luís Artur Bernardes da Rosa
169 (suplente compareceu); Paulo Vicente Contador Zaccheo e seu suplente Arnold Barbosa de
170 Oliveira (em atividades no Show Rural – Cascavel); Marcelo Volpe Peluso (suplente
171 compareceu); José Aparecido da Silva (suplente não compareceu) e eu, Cristina Célia
172 Krawulski, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes à parte,
173 em lista de presença.